

Ata da 8ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Barra do Turvo, realizada aos 24 de maio de 2021.

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um (2021), a Câmara Municipal de Barra do Turvo realizou em sua Casa Legislativa, localizada à Rua Vereador Firmino Pedroso dos Santos, n. 440, Bairro Boa Esperança, a sua 8ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, sob a Presidência do Vereador José Sandro Rodrigues do Nascimento e secretariada pela Vereadora Elizabete de Oliveira, Primeira Secretária, e pelo Vereador Isaqueu Pedrozo da Silva, Segundo Secretário. As 18 horas e 30 minutos (dezoito horas e trinta minutos), presentes os Vereadores e Vereadora: Adilson de Lima, Cícero de Moura Neto, Elcio Silva Reis, Elizabete de Oliveira, Fátima Medeiros de Souza Amorim, Isaqueu Pedrozo da Silva, José Sandro Rodrigues do Nascimento, Luiz Mendes Cardoso dos Santos e Nádia de Jesus Cardoso dos Santos Rosa, havendo, portanto, número legal, o Senhor Presidente da Sessão declarou abertos os trabalhos. Dando início aos trabalhos foi colocada à disposição de todos os edis, cópias das seguintes Atas: Ata da 7ª (sexta) Sessão Ordinária da 1ª (primeira) Sessão Legislativa, da 14ª (décima quarta) Legislatura, de 10 de maio de 2021 e Ata da 3ª (terceira) Sessão Extraordinária, da 14ª (décima quarta) Legislatura, de 10 de maio de 2021. Discutidas e votadas, foram aprovadas por unanimidade. Dando sequência o Presidente da Sessão determinou ao Segundo Secretário a leitura das seguintes Matérias do Expediente: I - Do Executivo Municipal: 01 - Ofício n. 141/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta ao Requerimento n. 08/2021 de autoria dos Vereadores Cícero de Moura Neto, Elizabete de Oliveira, Elcio Silva Reis e Isaqueu Pedrozo da Silva, 02 - Ofício n. 142/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta ao Ofício n. 012 de autoria do Vereador Adilson de Lima, 03 - Ofício n. 152/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta ao Ofício n. 011 de autoria do Vereador Adilson de Lima, 04 - Ofício n. 153/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta ao Ofício n. 035/2021 de autoria do Vereador José Sandro Rodrigues do Nascimento, 05 - Ofício n. 154/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta ao Ofício n. 011 e 012 de autoria do Vereador Isaqueu Pedrozo da Silva, 06 - Ofício n. 155/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta ao Ofício n. 007,008 e 009 de autoria do Vereador Elcio Silva Reis e Elizabete de Oliveira, 07 - Ofício n. 156/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta ao Ofício n. 005 e 010 de autoria da Vereadora Elizabete de Oliveira, 08 - Ofício n. 157/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta ao Ofício n. 034 de autoria do Vereador Elcio Silva Reis, 09 - Ofício n. 158/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta ao Ofício n. 033 de autoria dos Vereadores Elcio Silva Reis, Isaqueu Pedrozo da Silva e Elizabete de Oliveira, 10 - Ofício n. 159/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta ao Ofício n. 026 e 031 de autoria da Vereadora Nádia de Jesus Cardoso dos Santos Rosa, 11 - Ofício n. 160/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta as Indicações n. 01,02,03,04,05 e 06 de autoria dos Vereadores desta Casa de Leis, 12 – Ofício n. 162/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta as Indicações n. 22 e 23 de autoria dos Vereadores desta Casa de Leis, 13 - Ofício n. 163/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando resposta as Indicações n. 24,25,26,27,30,31,34 e 35 de autoria dos Vereadores desta Casa de Leis, 14 – Ofício n. 017/2021 do Setor de Contabilidade do Executivo Municipal encaminhando Relatório contendo Receita Corrente Líquida, 15 – Ofício n. 09/2021 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – encaminhando convite aos nobres Vereadores para participar de reunião para “Apresentação das Diretrizes de Trabalho e discussão das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação”. A reunião se realizou no dia 17/05 às 14 horas, 16 - Ofício n. 165/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando Leis Municipais n. 739,740,741,742,743 e 744/2021 assinadas, para arquivo, 17 – Ofício n. 009/2021 da Secretaria de Desenvolvimento Social – encaminhando resposta ao Ofício n. 046 de autoria dos Vereadores Elcio Silva Reis e Elizabete de Oliveira, 18 - Ofício n. 036/2021 do Setor de Contabilidade do Executivo Municipal encaminhando Balancetes da Receita e Despesa do Executivo Municipal ref. ao mês de abril de 2021, o Presidente da Sessão informou que os Balancetes da Receita e da Despesa do Executivo Municipal referente ao mês de abril de 2021 estão à disposição dos interessados para consulta. 19 – Ofício n. 172/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando Projeto de Lei n. 016, de 20 de maio de 2021 que “Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal n. 388, de 11 de janeiro de 2013 e dá outras providências”, 20 – Ofício n. 173/2021 da Secretaria Municipal de Administração Geral – encaminhando Projeto de Lei n. 017, de 20 de maio de 2021 que “Dispõe sobre a revogação da Lei Municipal n. 626, de 05 de junho de 2018 e dá outras providências”, o Presidente encaminhou os Projetos de Lei n. 016 e 017 para as Comissões correspondentes para análise e parecer. II - Do Legislativo Municipal: 01 – Indicação n. 045/2021 de autoria da Vereadora Fátima Medeiros de Souza Amorim sobre a necessidade de que seja providenciada a instalação de dois bueiros na estrada do Bairro

Santa Marta. Indica ainda que seja realizada a manutenção da estrada com colocação de cascalho na estrada que dá acesso a residência dos Senhores Donizete e Onivaldo, no mesmo bairro, pois as chuvas e enxurradas provocaram buracos e erosões na localidade, dificultando o acesso de veículos e transeuntes. III – De Terceiros: 01 – Abaixo assinado dos moradores do Bairro Primeiro Ribeirão solicitando providências urgentes no sentido de que seja fornecido água de boa qualidade para atender os moradores da localidade, pois a água que abastece o bairro é proveniente de tubulações feitas pelos próprios moradores, vinda diretamente do rio e sem o tratamento adequado, muitas vezes poluída ou oriunda de serras próximas, mas que também chegam contaminadas por conta de animais, principalmente gado que circulam nas proximidades. Solicita ainda que sejam instalados poços artesianos na localidade, 02 – Ofício n. 04/2021 do Conselho Municipal de Turismo de Barra do Turvo solicitando indicação de dois representantes para compor o Conselho e somar com o crescimento do Turismo no Município, 03 – Ofício n. 325/2021 do Ministério Público do Estado de São Paulo – dando ciência da instauração do Procedimento administrativo de acompanhamento do Projeto Vale sem Violência doméstica e familiar, 04 – Ofício n. 210/2021 da Câmara Municipal de Ilha Comprida encaminhando Moção de apoio sobre Proposta de Projeto de Lei n. 2564/2020 para instituir o Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, 05 - Ofício n. 2207/2021 do Ministério Público do Estado de São Paulo – acerca da instauração, em atuação integrada das Promotorias de Justiça de Registro, Iguape, Cananéia, Pariquera-açu, Jacupiranga e Eldorado, do Procedimento Administrativo de Acompanhamento – a fim de acompanhar as políticas públicas voltadas ao Projeto Raízes, pela defesa das comunidades e povos tradicionais do Vale do Ribeira. Nada mais havendo a tratar na fase do Expediente, transcorrido o intervalo regimental nos termos do Artigo 124, do Regimento Interno, passou-se à Ordem do Dia que constou da seguinte pauta: 01- Julgamento das Contas do Executivo Municipal referente ao Exercício de 2017, de responsabilidade do Prefeito Jefferson Luiz Martins e Vice-Prefeito Antônio Carlos da Mota Ferreira, com votação do Projeto de Decreto Legislativo n. 01, de 20 de abril de 2021, que dispõe sobre as referidas contas e leitura do Processo n. 010/2021, de 02 de março de 2021, que trata da Análise das Contas do Executivo Municipal do Exercício de 2017. O Presidente da Sessão informou que o Relator das Contas poderia fazer uso da palavra por 20 minutos. A relatora Nádia de Jesus Cardoso dos Santos Rosa dispensou o uso da palavra. O Diretor Geral Elio Raimundo Mathias realizou a Leitura do Parecer do Tribunal de Contas ref. as Contas do Executivo do Exercício 2017 e o Parecer da Comissão de Economia. Depois de realizada a Leitura o Presidente da Sessão informou que cada Vereador poderia fazer uso da palavra pelo período de 15 minutos, a chamada foi realizada pelo Segundo Secretário, iniciando a chamada o Vereador Adilson de Lima dispensou o uso da palavra. Em seguida chamado o Vereador Cícero de Moura Neto também dispensou o uso da palavra. Em seguida foi chamado o Vereador Elcio Silva Reis que após cumprimentar a todo público presente, o Senhor prefeito, funcionários desta Casa e quem está assistindo em casa, falou sobre seu parecer que não foi lido, disse que por mais que faça parte da Comissão de economia seu parecer foi desfavorável ao da relatoria, realizou ainda uma leitura dos motivos pelos quais seu parecer foi contrário, dizendo que foram 29 apontamentos, sendo o primeiro deles sobre o planejamento, que é algo que vem se falando aqui há muito tempo, relatou que ele e o Vereador Davi viviam viajando e participando de cursos que eram oferecidos pelo Tribunal de Contas e que o que sempre foi orientado é de que fossem analisados os relatórios das gestões anteriores e trabalhasse em cima disso para não acontecer esses erros que ainda aconteceram, que muito se falava no Tribunal de Contas em planejamento, o parecer dizia que não há estrutura administrativa para realização dos planejamentos, bem como servidores que cuidam dessas atividades não tem dedicação exclusiva e acabam não recebendo o treinamento específico sobre o planejamento, que não é culpa só dos funcionários e que deve haver treinamento. Citou ainda que não há margem de projeto, destino e programas ou projetos de participação popular, lembrou que estão falando referente a 2017 e não do ano em que estamos, tudo isso enquanto os demais municípios estão analisando as contas de 2019 e 2020. Outra questão importante trata das dívidas de curto prazo e ausência de recursos para o município saldar suas dívidas de curto prazo, dívida de longo prazo, aumento de 41,48% da dívida de longo do prazo, ajustes com acréscimo na dívida de precatório e de contribuições previdenciárias, parcelamento de débitos previdenciários, divergências na prestação de informações sobre os parcelamentos previdenciários, disse ainda que quem leu o processo inteiro viu que falaram que não havia e o próprio tribunal apontou que eles já tinham feito o parcelamento e isso foi omitido do Tribunal de Contas, disse que isso consta no parecer do Tribunal, quem acompanhou e quem leu, realmente viu, por isso que eles estão citando aqui. Falou ainda sobre os precatórios, divergência entre as informações prestadas no mapa de precatórios e no sistema AUDESP, encargos, não pagamento INSS competência referente ao mês 11, 12 e 13º salário de 2017, os quais foram parcelados no início do exercício, isso também não foi relatado, o próprio Tribunal de Contas que descobriu isso, eles pediram informação e não obtiveram no momento. Citou os pagamentos de FGTS, INSS e PASEP com atraso, gerando multas e juro, disse que a relatora até falou sobre isso, mas que teve erros sim, falou sobre demais aspectos sobre

recursos humanos, citando quadro de pessoal do 3º quadrimestre rejeitado pelo sistema AUDESP, atos de pessoal sendo gerado quadro com inconsistências, nomeação para cargos em comissão sem atribuições, com característica de direção chefia ou assessoramento, aquilo que o tribunal cobra direto. Citou subsídios dos agentes políticos concessão de RGA sem autorização por lei específica, disse que é aquilo que vocês lembram que aconteceu em 2017/2018, quando foi Presidente desta Casa, disse que veio para ele assumir, mas como era período eleitoral não quis dar continuidade a tramitação nesta Casa e até hoje não foi regulamentado, que seria o pagamento de 13º e férias para os Secretários, disse que além de tudo ainda teve aumento que não poderia ter, como está marcando no Parecer, continuou falando sobre não a fiscalização automática periódica para detectar os contribuintes que deixam de emitir as notas fiscais por um determinado período ou diminuição de suas operações de tesouraria, permanência de pendências antigas justificadas nas conciliações bancárias, aqui é aquilo que os Vereadores sempre cobraram desde 2012/2013, que fossem vistos os erros das gestões passadas para não cometer os mesmos erros. Falou ainda sobre os adiantamentos, do controle de consumo de combustível e de uso de veículos oficiais, permanências de ausência de controle de consumo de combustível e da deficiência nos controles de uso dos veículos oficiais, descumprindo a recomendações de contas 2012/2013, problemas estes que já foram apontados em outros anos. Disse que é como falam, tem que conduzir o Município para não ter mais esse tipo de problema, falou sobre a fiscalização das receitas, ausência de cobrança de ISSQN dos cartórios no Exercício, disse que sabe que foi regulamentado no ano passado, mas que hoje tratam das contas de 2017, citou a dívida ativa e a iluminação pública, que é algo que já vem sendo cobrado pelos vereadores, sobre a conta que tinha que ter e que foi votado pelos próprios vereadores em 2015, no apontamento fala sobre a ausência de movimentação dos recursos dessa taxa de iluminação pública em contas bancárias específicas no exercício, disse que 2017 foi criado essa conta, mas não foi movimentada. Citou uma devolução de um contrato empresa da Vale Consult – consultoria, onde consta que o edital estava em desacordo com a legislação. Citou ainda a aplicação do que é determinado constitucionalmente no ensino, o descontrole na gestão das receitas e despesas do FUNDEB, sendo empenhado mais de 100% do valor recebido no Exercício em reincidência 2015/2016, descumprindo ainda recomendações de 2015, citou a não realização de medidas para monitoramento da taxa do abandono das Crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, disse que o município não realizou um levantamento do número de crianças que necessitam de creches, pré-escola ou dos anos iniciais do ensino fundamental em 2017, o município não aplicou nenhuma Programa Municipal de avaliação de rendimento escolar em 2017, disse que apenas em 2018 foi realizada a contratação das empresas de apostilado, não há escola adaptada para receber crianças com deficiências e sobre o não atendimento educacional especializado para portadores de necessidades especiais na rede municipais de ensino, tanto que nesta semana houve reunião com o secretário Renato, onde falaram sobre isso, que esse ano ele querem colocar em prática e estão cobrando isso desde muito tempo. Outro apontamento sobre a educação foi de que apenas 85% dos 90% dos professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, o Conselho de Alimentação escolar não elaborou atas que permite testar as condições físicas da cozinha, higienização e acondimento dos alimentos, bem como para variar o cardápio da sua aceitação, disse que sabem que hoje em dia essa questão melhorou muito, porém nenhum estabelecimento de ensino municipal possui AVCB, o município não possui creches, citou que as obras do que seria uma creche estão abandonadas, que está em processo de uma nova licitação, mas que em 2017 a gente sabe que não havia e que não tinha como porque o município não tinha condições realmente, disse ainda que não houve entrega de uniforme escolar e do kit escolar, que sabe que por aqui começou a se trabalhar nessa questão e que sabe que em anos anteriores já começaram essas entregas, então algumas coisas vem melhorando, que não será nenhum demagogo, mas que realmente estão falando das contas 2017. Falou sobre descumprimento das metas na área da educação, na saúde citou que nenhuma unidade da Saúde possui AVCB também, que apenas uma unidade de saúde possui alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, relatou que o município possui gestão de estoque manual dos materiais e medicamentos ou município não identifica nem tem registro atualizado dos pacientes de asma com obesidade ou doenças pulmonar obstrutiva crônica. Citou que nem todas as unidades básicas de saúde possuem condições técnicas para tratamento supervisionado de tuberculose e que nenhuma visita foi realizada nos imóveis para controle vetorial de dengue, assunto esse que os vereadores bateram muito em 2017 e 2018. Citou também a não comprovação da realização da audiência pública da Saúde, descumprindo recomendação das contas de 2012, disse que todas as unidades de saúde necessitavam de reparos no final de 2017, que não há planos de cargos e salários para os profissionais da saúde, não há remuneração ou premiação aos Trabalhadores de acordo com desempenho para as equipes de atenção básica, é aquilo que ele fala que enquanto a folha estiver cada vez mais alta não irão conseguir fazer esses planos para os profissionais da saúde, não só os da saúde mas como qualquer funcionário. Falou sobre a contratação do serviço médico formalizado, que é uma coisa que a gente bateu muito, porque vivia se respondendo por pagar por RPA, coisa que o Tribunal de Contas em todas os cursos que são ministrados se fala sobre isso e falam até hoje, que na

época não conseguimos realmente fazer o concurso público e mesmo depois do concurso continua pagando por RPA e hoje estamos com uma empresa que é contratada. Falou sobre o IGM e que o município não possui plano Municipal de saneamento básico, que já foi aprovado no ano passado, citou que o município não possui plano de contingência na Defesa Civil, o município capacita somente a coordenadores para ações municipais da Defesa Civil, esse item é sobre a Defesa Civil que hoje é Valdete quem responde pelo setor, mas que na época tinha também o Agamenon, disse ainda que o município não possui os estudos de avaliação de segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado. Disse que a Lei de acesso ao Portal da Transparência não divulga o parecer prévio desse tribunal na página eletrônica do município, então estão cobrando sobre a transparência na página do município, cobrando que a Prefeitura não possui plano diretor de tecnologia, que é mais uma coisa que eles cobram sempre, a Prefeitura não possui documento formal para estabelecer procedimento quanto ao uso de TI pelos funcionários municipais, que esse ponto acredita que se trata daquela empresa que tem contratada, mas disse que eles precisam um procedimento legal pelo Tribunal de Contas, aponta também que a Prefeitura não possui Quadro dos funcionários na área de tecnologia e exige isso. Para finalizar disse que foi contrário ao parecer e citou que de 2019 para cá sempre foi pagos esses R\$ 2, R\$ 3 milhões como foi citado pela defesa, disse que é continuo o que vem se defendendo, tanto é que a dívida ainda continua e o valor não é baixo, disse que em 2019 tiveram o FPM travado, porque quebraram a ordem cronológica de pagamentos e o município teve que pagar R\$ 400 mil reais para um profissional que entrou na justiça e conseguiu ganhar por causa da ordem cronológica, que dá seu parecer favorável ao do Tribunal de Contas, que queria estar aqui hoje defendendo, se fossem poucos apontamentos e considerando o tanto que pedimos para a gestão acompanhar aquilo que a gente vinha rejeitando das outras gestões era o mínimo, tanto que foi pedido o reexame por duas vezes e o Tribunal de Contas rejeitou. Em seguida foi chamado a Vereadora Elizabete de Oliveira que falando que não fazia parte da gestão de 2017 e que o Tribunal de Contas fez 29 apontamentos de irregularidade, que o Prefeito teve tempo de recorrer e mesmo assim foram apontadas irregularidades, assim como já foi dito Vereador Elcio em seu relatório algumas das irregularidades, que pode ver também que uma das irregularidades foi que a prefeitura quando teve problemas relacionados a dengue não tomou providências quanto a contratar firma para fazer a dedetização no município, que em 2019 tiveram vários casos de dengue e que não viu nenhuma atitude se tomada, outra coisa que é sobre os postos de saúde, sobre ter a liberação da Vigilância Sanitária quando hoje no município nós temos comércios lacrados por causa de parecer de vigilância sanitária, se nem quer a prefeitura tem como quer cobrar tantas exigências dos nossos Comerciantes, que acha que se trata de mais um caso até de perseguição, disse que é vereadora para seguir o que é dever de um vereador, que hoje mesmo recebeu um livro, que todos os vereadores também receberam, onde fala a função e o dever do vereador, disse que é de dever de vereador fazer legislar, fiscalizar, investigar, julgar e expor suas palavras e opiniões, comparecer assiduamente as sessões, respeitar o voto dos seus eleitores, representar o Tribunal de Conta na ocasião de uso indevido do patrimônio público e no caso de desvio de verbas públicas acionar o ministério público para garantir o estado democrático do direito, estabelecer postura de independência no exercício de sua função, inteirar-se do conteúdo das normas jurídica especialmente a lei orgânica Municipal, respeitar as normas contidas no regimento interno da sua casa de leis, analisar cada documento contido nos balancetes e balanços geral das contas públicas, exercer o controle externo para fins de fiscalização e transparência pública, agir eticamente na contratação de pessoal sobre suas supervisões, prestar contas de suas atividades durante o seu mandato, convocar em incentivar a população do comparecimento das reuniões, e ainda o que o vereador não deve fazer, deixar de tomar posse no prazo vigente, violar o princípio constitucional a administração pública, praticaram e incentivar a prática de corrupção e improbabilidade administrativa, favorecimento e lesões aos cofres públicos, proceder de modo incompatível com a dignidade e decoro parlamentar, omitir-se sobre irregularidade no serviço público, faltar com o decoro parlamentar, deixar de comparecer a sessão na câmara, aceitar cargos e torne-se incompatível com o exercício de vereador, então entre esses alguns que é e eu como sendo uma vereadora que foi eleita para representar o povo e fiscalizar hoje, voto favorável ao Tribunal de Contas e contra o decreto aqui do legislativo. Logo após foi chamada a Vereadora Fátima Medeiros de Souza Amorim que dispensou o uso da palavra. Em seguida foi chamado o Vereador Isaqueu Pedrozo da Silva que dispensou o uso da palavra. Logo após foi chamado para fazer uso da palavra o Vereador José Sandro Rodrigues do Nascimento que dispensou o uso da palavra. Dando continuidade foi chamado o Vereador Luiz Mendes Cardoso dos Santos que agradeceu a presença do Prefeito que veio a esta Casa fazer sua defesa nas Contas, algo que poucos fizeram, falou que muitas pessoas não entendem o que seria a votação das Contas, mas que na verdade uns usam isso politicamente, outros não entendem bem, por isso que o Tribunal de Contas envia às Câmaras Municipais, para verificar, porque quem está no município são nossos vereadores, nós estamos sabendo o que de fato acontece aqui, disse que se admirou de seu colega Vereador Elcio fazer algumas críticas e não apoiar as contas do Prefeito, porque ele ganhou eleição para prefeito e estava junto à administração, levando mangueiras, caixa d'água,

tubos, fazendo estradas, participando com prefeito, que até acharia que ele estaria junto, disse que houve algumas críticas e apontamentos, e é favorável a algumas críticas que o nobre Vereador faz com referência os apontamentos, mas que é favorável à aprovação das contas e solicita o apoio do nobres vereadores na aprovação do parecer da Nobre colega Vereadora Nádia, por diversos motivos, dentre eles, que o município assumiu muitas dívidas, muitos precatórios, inclusive neste plenário já fez críticas na época, pois a prefeitura perdia todas as ações, não ganha nada, hoje em dia o município reduz todo dia os precatórios, o dinheiro pra fazer uma ponte ou fazer uma estrada, uma escola, vai para precatórios, vai para a dívida que ficou do município, questionou como o Prefeito vai trabalhar bem se no primeiro ano que ele pega o município endividado. Parabenizou o Prefeito, pois ele deu equilíbrio ao município, disse que nos anos posteriores conseguiu superar o superávit que deu anteriormente, não conseguiu no primeiro mandato mas foi um trabalho muito bom, pagou vários TACs, disse que tem funcionário que só defendendo os TACs, disse que o Município tem um lixão há mais que 30 anos, abandonado e que isso caiu nas costas do prefeito que assumiu, o local era na saída de Iporanga e ninguém nem sabia que existia, mais esse município teve que ajustar, ajustar equipe de Meio Ambiente, para sanar um problema de 30 anos atrás, que nós temos outro TAC que não conseguiram mudar o Título de Domínio do Jardim Terra Nova enquanto não acertar as tubulações, porque temos um TAC para ser cumprido, terão que ser plantadas 15 mil árvores no bairro e questionou como plantar isso tudo, essas são algumas das dificuldades que o Executivo pegou quando assumiu o Município, com situações difíceis e mesmo assim conseguiu resolver isso do TAC do Lixão, daí vieram outros problemas, como do INSS e do fundo de garantia, aonde vários municípios do nosso Estado de São Paulo e do Brasil inteiro não recebem convênio do Governo do Estado nem do Governo Federal porque os prefeitos não dão conta de pagar as dívidas e nós agradecemos ao Senhor Prefeito que pegou o município com esse parcelamento e assumiu, disse que vários outros prefeitos parcelavam, ganhavam a Certidão e abandonavam o pagamento do INSS e do fundo de garantia, que hoje graças a Deus está em dia, disse que nesta semana ainda tiveram problema, relatou que esteve na contabilidade pra falar sobre uma certidão, mas como trocou o Prefeito, o pessoal nem percebeu, mas tinham que encaminhar algumas documentações para liberação de convênios e graças a Deus o Contador resolveu o problema e na sexta-feira a certidão estava em dia, com referência ao meio ambiente, são muitas situações que o prefeito tem de cumprir como é o caso do saneamento básico que já avançou muito aqui, além de estar resolvendo um problema na cidade nós estamos avançando na zona rural também, sobre o tratamento de rede esgoto disse que há um grande problema na Barra do Turvo, se o Município quiser investir em Turismo, que é a principal fonte de renda primeiro a gente tem que cuidar das nossas águas, dos nossos Rios, e tá aí o Prefeito Dr. Jefferson que está empenhado com a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, avançando em vários projetos, um deles é o município verde – amarelo, onde o Município recebe recurso, lembrou que na semana passada aprovaram aqui a aquisição de um caminhão e os contêineres para colocar o lixo, que no Vale do Ribeira inteiro não tem um município igual Barra do Turvo, que resolveu o problema do lixo. Mais uma vez parabenizou o Prefeito, é mais credibilidade nesta casa, disse que ele conseguiu isso e é uma coisa que nós precisamos defender no município, fazer as coisas certas, muitas coisas só o Prefeito conseguiu acertar, o primeiro ano não foi fácil e quero falar senhores vereadores, para o nosso desenvolvimento precisamos unir forças, tem 28 apontamentos, devemos pensar como reduzir esse numero. Como já foi dito nesta Casa, vamos ver o que é o problema, mas tem certeza que dos 28 apontamentos não foi o Prefeito quem assinou, precisamos sanar esses 28 apontamentos, nós vamos precisar conversar com toda equipe de trabalho, pois no final das contas os erros recaem em cima do Prefeito. Então não vamos apedrejar ele, vamos ajeitar as contas, tem muitas coisas boas que ele já avançou nesse município e no qual merece a credibilidade. Voltou a falar sobre os caminhões de tubo que o Município comprou, com muita economia, com muitas horas extras de quem recebia mas não fazia, quanto foi economizado na folha de pagamento, que hoje é 46%, lembrou o quanto aparecia de despesas e gastos com notas e guias e ninguém sabia para onde ia, mas o Sr. Prefeito é controlado e graças isso temos muitas estradas, muitas obras, o município está crescendo, agora mesmo um programa de televisão fez uma apresentação aqui, o responsável nos chamou em particular falou e falou o município tem de ser divulgado para o Brasil inteiro, Barra do Turvo está crescendo, tem boa administração em Barra do Turvo, por isso é que o Prefeito teve a credibilidade de ganhar meu voto e sei que posso contar com o apoio dos meus colegas vereadores. O Vereador Elcio Silva Reis solicitou o uso da palavra novamente questionando o que foi dito pelo Vereador Luiz Mendes Cardoso dos Santos quando falou a respeito dos canos e caixas d'água, que da maneira como foi dito até parece que ele pede para si, e que as coisas não são bem assim. Retomou o uso da palavra o Vereador Luiz Mendes Cardoso dizendo que todas as reivindicações que ele fez são merecedoras de ser parabenizado, que fez em reivindicação das Comunidades, onde junto com o Senhor Prefeito levava os materiais para as comunidades, pediu desculpas se o Vereador entendeu mal, mas falou claramente que foi a bem da população. Finalizando a chamada dos Vereadores foi chamado para fazer uso da palavra a Vereadora Nádia de Jesus Cardoso

dos Santos Rosa que dispensou o uso da palavra. Dando continuidade o Presidente da Sessão convidou o responsável pelas contas de 2017, ou seu representante legal, para fazer uso da palavra por até uma hora. O Senhor Doutor Marcos Ibanez, representante legal do Sr. Jefferson Luiz Martins, fez sua sustentação oral por meio de vídeo conferência. Iniciando cumprimentou a todo público presente, falou que na ocasião seria feito o julgamento das contas referente ao ano de 2017 da Prefeitura Municipal de Barra do Turvo e que dentre os motivos que levaram a reprovação dessa conta, três foram os pontos que o Tribunal de Contas entendeu e que comprometeram a aprovação das mesmas, disse que já foi relatado pelo próprio vereador e também pelo servidor, demonstrando os pontos referentes aos déficits financeiros, problemas no pagamento de encargos sociais e de precatórios, diante dessa situação o que acontece é que o relatório de contas municipais é carregado de uma quantidade numerosa de apontamentos, mas o numero de apontamentos não é o principal para se pesar se essa conta deve ser julgada favorável ou não e que a gravidade desses apontamento que deve ser levada em consideração, e que o Tribunal considera importante para a aprovação dessas contas são alguns itens que são considerados cruciais, então podemos enumerar aqui aqueles que são chamados de pontos mais sensíveis pelo Tribunal, que são aplicação de ensino, comprimento do IDEB, aplicação do magistério, aplicação mínima na saúde, pagamento de precatórios, pagamento de funcionários, nesse contexto a princípio vocês podem dizer que dentre os pontos considerados cruciais pelo tribunal nós temos aí pelo menos os precatórios e os encargos sociais que aparentemente não foram cumpridos, porém nós temos uma situação aqui, nós estamos falando de uma conta de primeiro ano de Mandato e o que acontece nesse contexto é algo que precisa ser levado em consideração, deixando um pouco de lado as questões políticas, com todo respeito ao posicionamento de cada um, a própria relator da CCJ ela fez constar no seu relatório justamente essa questão, que não se pode exigir que no primeiro ano de mandato sejam sanadas todas as situações e todos os problemas que o município já carrega de anos anteriores. Disse que nós temos uma que tem uma retratação em média de R\$ 29 a R\$ 32 milhões de reais por ano, um prefeito assume uma Prefeitura e no seu primeiro ano de mandar nos deparamos com uma dívida que R\$ 9 milhões, questionou o ele vai deixar de pagar para sanar essa dívida em primeiro ano de mandato, tendo ainda as obrigações constitucionais, como aplicação ensino de pelo menos 25% da arrecadação e 15% na saúde, como é que vai gerir um município com uma dívida de R \$9 milhões, para o primeiro ano de mandato, em pratica é impossível algo nesse sentido para um município que tem uma arrecadação de R\$ 32 milhões, não há como exigir isso de um administrador seja quem for e nesse primeiro ano o prefeito conseguiu diante dos esforços que foram determinados por todos os setores da administração, diminuíram a sua dívida em 30%, isso é muito significativo, ainda em 2017 a dívida diminuiu de R\$ 9 milhões para R\$ 6 milhões, isso é algo extremamente favorável, todos os resultados econômicos, financeiro e patrimonial foram mais favoráveis do que em 2016. Questionou ainda sobre as Contas de 2016, onde os nobres Vereadores aprovaram as contas, que em 2016 por exemplo haviam problemas muito mais graves, como a aplicação de 25% na educação, o que não ocorreu, citou ainda a obrigação de aplicação mínima de 60% dos recursos do FUNDEB no Magistério, então só aí já são erros gravíssimos e não tem recurso, creio que até por isso nem com foi tentado através de um pedido de reexame das contas de 2016 para reverter o parecer do Tribunal de Contas e as contas de 2017 aplicou mais, muito mais do que 25% e mais que 15% na saúde, se o prefeito tivesse aplicado somente os 15% será que a população teria o atendimento que teve em 2017, todo o investimento ele usaria para diminuir a dívida de anos anteriores ao de 2016, disse ainda que em 2016 essas contas foram aprovadas, mesmo não aplicando no ensino, mesmo não aplicando na saúde, mesmo com inúmeros apontamentos as contas foram aprovadas, diante de tudo que foi visto na decisão de 2016, acredito que o relatório tenha tido bem mais que 28 apontamentos, outra coisa que também foi mencionado em uma das falas que é necessário planejamento e treinamento dos Servidores, concordo perfeitamente, inclusive a nova lei de licitações traz em seus artigos a necessidade de melhorar a capacitação de servidores em todos os âmbitos da Federação, União, Estados e Municípios, é necessário treinamento mas não se pode responsabilizar o administrador público por erros cometidos e nem vou dizer que foram intencionais, por exemplo um servidor que tem um cargo técnico ele pode precisar de treinamento sobre uma nova legislação, sobre o entendimento do tribunal e sobre determinados pontos, mais no seu dia a dia é preciso que ele saiba o que está fazendo e algumas das falhas que foram apontadas pelo tribunal decorreram de erros cometidos talvez por falta de tempo, talvez por falta de interesse em determinadas situações, mas você não pode atribuir culpa ao administrador, por exemplo, por encerrar o exercício com um déficit financeiro de R\$ 6 milhões de reais, tendo mais de R\$1 milhão de restos a pagar não processados, que não são dívidas, portanto não pode ser considerado como déficit financeiro um valor que não é dívida, pois se referem a empenhos que foram feitos e não foram executados, serviços que não foram executados, produtos que ainda não foram entregues, não gerou a nota fiscal, fatura ou correspondente, existia mais de R\$ 1 milhão de reais nessa condição de restos a pagar não processados e equivocadamente o tribunal considerou como dívida e isto eles reconheceram, que restos a pagar não processados não é dívida, isso é um procedimento que final de ano, em 31 de

Dezembro, a contabilidade tem que fazer o cancelamento dos restos a pagar não processados e não houve esse procedimento, não foi realizado, como pode então o prefeito pode ser responsabilizado por um déficit que se quer existe, e ainda que existisse foi muito menor do que o exercício anterior que foi aprovado pelo legislativo, não quero aqui ficar fazendo a comparação, mas é importante que se leve em consideração tudo o que o município vem sofrendo e vem passando ao longo de vários anos e não se pode atribuir responsabilidade a um único ano de gestão, é verdade que o tribunal fez várias recomendações sobre outros exercícios, agora eu pergunto a vossas excelências com todo respeito, se algum dos vereadores teve o interesse de transmitir ao Prefeito que ele deveria tomar conhecimento das recomendações que já haviam sido determinadas pelo exercícios anteriores, algo que talvez nem fosse necessário, pois se no primeiro ano de mandato a dívida foi reduzida em 30% ele já deve ter tomado conhecimento da situação, o próprio Tribunal costuma olhar pelo menos três exercícios anteriores, existem outros pontos por exemplo, foi mencionado a necessidade da regularização de cargos em comissão e a prefeitura não tem tanto os campos em comissão assim, e muitas vezes as determinações do tribunal acontecem depois do exercício, como por exemplo, como é que o Prefeito ia tomar conhecimento das recomendações de 2016 se a decisão de 2016 saiu só em 2018 ou 2019, dessa maneira em 2017 não poderia ter sido feito nada, não havia como tomar conhecimento de uma decisão que nem existia, dessa forma é muito importante lembrar que primeiro ano de mandato houve um empenho muito grande no sentido de diminuir o déficit financeiro, melhorou a situação econômica, financeira e patrimonial, como já foi dito anteriormente, em relação aos precatórios e encargos sociais os senhores podem ver já foi relatado e mencionado algumas vezes, que na questão dos precatórios por exemplo, houve sim um desacerto no pagamento em razão também das situações de exercícios pretéritos, o valor que foi deixado de pagar foi objeto de tratativas junto ao departamento de precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o prefeito negociou, justificou a ocorrência, inclusive relatando problemas que houveram no próprio departamento jurídico no exercício e os senhores têm conhecimento disso, ainda conseguiu regularizar a situação e se puxar uma certidão de adimplência o Município está regular, foi incluído no regime especial de pagamento de precatórios, não tem nada em atraso, os depósitos são feitos e os pagamentos são realizados, eventualmente como qualquer outro município pode até chamar um credor que tenha um crédito no valor mais alto e negociar uma outra forma de pagamento, e todos os cuidados vem sendo tomados para que as dívidas sejam pagas, então o valor foi irrisório e o que foi pago durante o ano tem que ser levado em consideração, o montante foi altíssimo em relação aos encargos sociais o parcelamento foi necessário porque de anos anteriores vem uma dívida e foi também mencionado o crescimento da dívida de longo prazo, e por que houve esse crescimento, por que a administração herdou as dívidas de anos anteriores e se não fosse feito um parcelamento o Município não ia ter certidão de regularidade fiscal e não ia conseguir fazer convênio com o estado para receber recurso para fazer investimentos aí no município, em especial na saúde na educação, obras e saneamento, sem a certidão não ia conseguir fazer convênio nenhum, então o parcelamento foi necessário e foi a medida certa a se adotar, outra coisa, o Prefeito não escondeu o parcelamento realizado, não houve nada a ser escondido, muito pelo contrário, a fiscalização verificou que havia esse parcelamento mas como ele foi feito no final de 2017 e começo de 2018 isso só foi visto depois, e situações assim também são muito comuns em contas municipais e ha inúmeros precedentes que constam da defesa que foi apresentada ao tribunal, a questão é que não se pode querer punir o prefeito por regularizar uma situação que beneficiou o município através da medida adotada, então esse parcelamento foi necessário, a dívida caiu, dessa forma não há como se falar em má gestão, em dolo ou inércia da administração, em desinteresse em regularizar as situações anteriores e outros anos que houveram outros apontamentos também recaíram sobre outras contas, que inclusive já devem ter sido analisadas pelos nobres vereadores, é necessário que haja assim um consenso e uma cautela na avaliação daquilo que realmente é primordial, daquilo que é essencial para o julgamento de uma conta Municipal, deixando de lado o posicionamento político de cada um, até porque para um julgamento é necessário imparcialidade, então hoje a Câmara Municipal tem oportunidade de fazer justiça e corrigir um entendimento do tribunal que não utilizou a emissão de parecer de outras contas e outros municípios, houve ai uma situação complicada, vão aparecer dois pesos para mesma medida, então em outras prefeituras o tribunal relevou situações até muito mais graves que foram apontadas e são pesadas como irregulares a ponto de comprometer a emissão de parecer favorável de 2017, estamos falando em medidas que foram necessárias e imprescindíveis para a manutenção dos serviços públicos e da possibilidade de firmar novos convênios em benefício do município e da sua população. O Vereador Elcio Silva Reis solicitou o uso da palavra novamente para fazer um questionamento pois foi citado pelo Doutor Ibanez sobre as contas de 2016, disse que muitos vereadores não estavam aqui na época e que foi um dos vereadores que votou todas as contas das outras gestões, votou favorável na de 2016 porque teve um caso de afastamento de prefeito por duas vezes, além de tudo deixou os parcelamentos atrasados, deixou o FPM trancado, tanto é que na época o Dr. Jefferson foi candidato e hoje o ex-prefeito é secretário do prefeito, a equipe que trabalha lá é a mesma, que sabe que ele não tem essa informação, mas falando

sobre as contas votou favorável porque pegamos um município realmente dessa forma que está sendo mostrado, ainda está com essas dívidas, lógico melhorou muitas coisas mas não tinha como ser pior e quanto a nós termos aprovado entramos no bom senso, tanto é que quando o vice-prefeito Carlos assumiu ele não conseguiu fazer quase nada porque realmente estava tudo travado, não tinha dinheiro, o único dinheiro que tinha era do pedágio, ele reduziu os cargos em comissão de 65 cargos para 28 cargos, então ele conseguiu trabalhar dessa forma mas no vermelho, a gente viu o esforço dele na época tanto é que por isso que eu aprovei suas contas, também mencionou sobre se algum Vereador aqui alertou a administração, disse que foram alertados sim, essa casa alertou, é como falou da outra vez, que nós temos que pegar as outras gestões e trabalhar em cima e quanto ao parcelamento do FGTS, tinha que ser feito parcelamento e foi feito anteriormente, aí foi feito um reparcelamento porque as dívidas aumentaram, e o Tribunal de Contas está aprontando é dos atrasos que deixou para 2018, acredito que na época não tinha realmente o dinheiro, tanto é que essa câmara em 2017 devolveu mais de R\$ 100 mil reais para os cofres públicos, só para deixar claro que em termos de parcelamento do FGTS, foi feito um reparcelamento devido a algumas falhas na ocasião. Em resposta o Dr. Marcos Ibanez disse que é importante dizer que em 2017 houve uma lei autorizando os municípios a fazerem parcelamento das suas dívidas tributárias com um desconto significativo e juros e multa, para que pudessem vir a saudar essas dívidas, sendo que esses valores serão descontados diretamente do FPM, as contas de 2016 segundo já foi dito mesmo foram aprovadas por vários problemas no município e houve um bom senso no sentido de não rejeitar as contas para não punir uma pessoa pelo que assumiu, nesse caso assumiu o Município no vermelho, aqui é um ponto muito importante, mesmo não tendo cumprido a obrigação mínima de aplicação de ensino foi aprovada a Conta de 2016 levando situação do consenso, contrariando um dispositivo constitucional e agora pelo menos até o momento em alguns dos Senhores já externaram um posicionamento desfavorável por situações que ocorreram justamente em razão daquela situação do vermelho que veio de outro exercício e que levou o atual administrador a necessidade de fazer um pequeno para pagar esses valores que não eram tão altos, a situação é essa como é que ele ia deixar se arrastar essa situação dessas dívidas e não ia mais conseguir fazer convênio, então aquela situação da dificuldade no encerramento de 2016, em 2018 a dívida diminuiu mais ainda, então esses apontamentos e considerações com todo o cuidado e bom senso é importante para análise dessas contas, disse que não sabe se os nobres Edis tiveram a oportunidade de consultar algum especialista quando julgaram as contas de 2016, digo isto por que quando uma conta recebe parecer desfavorável do Tribunal, por infligir um dispositivo constitucional tão sério e tão sagrado quanto à aplicação de recursos na educação e é revertido pela Câmara sem uma documentação robusta que comprove que o município realmente aplicou esse percentual, os vereadores acabam abraçando uma responsabilidade na aprovação dessa Conta e se eventualmente o MP toma ciência de tal decisão e decide questionar qual foi o entendimento técnico que justificou o voto para derrubar aquela decisão, ressaltou que sinceramente espera que tenham uma documentação muito robusta, por que há uma possibilidade de ser questionado sobre a situação podendo atualmente justificar um voto contra o parecer técnico do tribunal de aplicação no ensino com prova documental disto. Finalizou que o reparcelamento não é crime e que surtiu o efeito deseja de regularizar a situação do Município. Em resposta o Vereador Elcio Silva Reis disse que quando esse prefeito deixou essa casa em 2016, ele deixou R\$ 2 milhões em caixa e o reparcelamento foi feito por ele, realmente quando votou favorável, votou com ressalvas e o Tribunal de Contas que apontou lá e apontou agora, que não é nenhum Doutor mas que estão de acordo com que um dia nosso município melhores para que todos, pois os outros municípios eles estão tentando levar o mais certo possível com o Tribunal de Contas, que são muitas falhas e que mesmo com seu voto não passe, mas que acompanha 2018 e 2019, que já tem apontamentos também, sempre vai ter mas como já foi dito o Tribunal de Contas rejeitou até o próprio reexame, que não é técnico nem um conhecedor de tudo mas deixo minha fala sobre isso, sobre o que aconteceu em 2016. Em seguida o Responsável pelas Contas Sr. Jefferson Luiz Martins fez uso da palavra dizendo que o Tribunal tinha um parecer desfavorável, mas o mais importante que tudo que é obrigação ele fez, fez os investimentos de 25,37% na educação, 100% do FUNDEB, 27.65% na saúde e 46,7% eu gastei na folha de pagamento, tudo que o Tribunal de Contas cobra, o que não pude foi o déficit financeiro, recolhimento parcial de encargos sociais e pagamento parcial de precatório, que poderia não cometer esse erro aqui, era só não fazer a folha de pagamento mas eu preferi se sacrificar do que deixar os funcionários sem receber, ficou bem claro que as falhas não foram causadas por ele ou por atos da sua gestão, alguns ocorreram por equívocos administrativos, como por exemplo restos a pagar, disse que a cada 5 anos zera-se os restos a pagar mas o seu contador não fez isso, a dívida antiga ficou correndo, que se não tivesse acontecido isso mostraria resultados melhores, também teve a infelicidade de contar com um setor jurídico ruim que foi cassado por corrupção, mas tudo foi resolvido em 2017. O importante é lembrar que quando assumiu o Município a dívida corrente era R\$ 24 milhões, fiquem sabendo que conseguiu diminuir a dívida em 30% no primeiro ano de mandato e no segundo que é 2018 mais 25%, ainda fez inúmeras obras e nunca deixou atrasar o salário dos funcionários, tanto que se comprometeu,

mas prefere isso do que ver os funcionários sem salário pois que já aconteceu nas outras administrações, portanto fica evidente que a reprovação das contas não se deu por situação que ele causou, tanto que o conselheiro não aplicou nenhuma multa e em nenhuma parte do processo foi considerado responsável pelas irregularidades, por isso que eu pedi para os Vereadores, disse que sabe que a maioria dos prefeitos foi reprovado as contas pelo Tribunal mas que o tribunal vê a parte administrativa e os Senhores aqui vem a parte administrativa e política, e como a gente fez que resultou no erro, vocês sabem que os funcionários não pode ficar sem receber, que tem que aplicar na saúde muito mais que 15% e vocês são prova disso, olhem como era em 2017, peguei uma situação difícil, que está aqui falando para vocês que não corre das responsabilidades, teve algumas coisas que foram apontadas mas foi pela situação que pegou esse município, que não criou isso aqui, pegou de herança e outra, queria que o Davi estivesse aqui, citou que no primeiro mês não tinha condições, o INSS estava atrasado, e que no primeiro mês foram até a Receita Federal de Santos e quando chegou lá foi informado de que não haveria mais acerto conosco, porque o antigo Prefeito foi lá, resolveu as questões e não cumpriu com sua parte no acordo, que pediu que pelo amor de Deus, havia acabado de ser eleito, e que iria cumprir com a nossa parte caso nos fosse dada a oportunidade, visto tudo isso eu peço bom senso de todos e que gostaria muito que os ajudassem, pois merece o bom senso de todos. O Presidente da sessão colocou o Projeto de Decreto Legislativo n. 01 de 20 de abril de 2021 que “Dispõe sobre as Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Barra do Turvo, referentes ao Exercício de 2017”, em votação, informando que a votação seria nominal e os Senhores Vereadores e Sras. Vereadoras seriam chamados pelo 2º secretário, por ordem alfabética, e fariam seu voto e assinariam a folha de votação em seguida. Caso optassem por aprovar as Contas Ref. ao ano de 2017 deveriam dizer o seguinte: (Sou favorável ao Projeto de Decreto Legislativo e Rejeito o Parecer do Tribunal de Contas) e se caso optassem por rejeitar as Contas Ref. ao ano de 2017 deveriam dizer o seguinte: (Sou favorável ao Parecer do Tribunal de Contas e desfavorável ao Projeto de Decreto Legislativo). A chamada foi realizada pelo Segundo Secretário, finalizada a votação, computando-se os votos, o Presidente da Sessão proclamou que o Projeto de Decreto Legislativo n. 01/2021 foi aprovado por 6 votos favoráveis e 3 votos desfavoráveis. Não havendo matérias para a Ordem do Dia o Presidente da Sessão declarou aberto o uso da Tribuna aos Vereadores inscritos regimentalmente. Fez uso da palavra o Vereador Elcio Silva Reis deixando seus sentimentos a toda a família da sua amiga Cida Musha Cirilo e a família da Sra. Maria lá do Bairro Santiago que o ajudou muito campanha eleitoral, disse que a saúde no Vale do Ribeira não anda bem, relatou que semana passada esteve com sua tia no pronto socorro pois ela teve um infarto e que por duas vezes o CROSS foi negado por Pariquera para ela e para o pessoal que estava com COVID, que já cobrou diversas vezes pois o pessoal que está internado ali correm o risco de pegar COVID também, pediu ao nosso prefeito que também é presidente CONSAÚDE que também de uma vistoriada até nesse próprio CROSS, que sabemos da dificuldade do nosso município. Relatou que na ocasião Dona Cida estava internada e o pessoal do autopista trouxe um motorista com comorbidades que acabou positivando para COVID, por fim o CROSS o aceitou primeiro e deixou nossa munícipe aqui por dois dias internada e infelizmente ela não resistiu, pediu mais uma vez aí a colaboração do Prefeito a respeito das folgas dos funcionários da saúde que faz 12x36, pois na época de campanha foi colocado e agora foi tirado novamente, pediu que seja elaborado um projeto de Lei para regulamentar essa questão, assim como vai ser feito na educação para criar alguns cargos de coordenadores, já aproveitar fazer isso com o pessoal da saúde, pois a gente vê o esforço deles. Outra solicitação citada foi a disponibilização de uma tenda para atendimento do COVID, algo que já vem sendo cobrado desde o ano passado, pois a situação é complicada não só para os funcionários, mas todos que passam na UBS, que são atendidos pelo mesmo médico. Agradeceu a Sra. Juliana, pois há muito tempo estão solicitando melhorias para o Bairro Conchas, disse que já estão fazendo, disse que trabalhou muito em cima desse ponto e cobrou muito a Juliana. Relatou que esteve junto a Vereadora Elizabete na saúde para falar sobre o aparelho de raio-x, que vai ser instalado e agradeceu a Autopista que mandou esse raio-x para o Município, pois o equipamento vai ajudar muito, tendo em vista que eles sempre trazem os seus feridos para a nossa unidade. Sobre a educação relatou que tiveram uma reunião com secretário e pediu mais dois projetos que serão encaminhados a esta Casa, para que ele convença o Prefeito que disponibilize um carro para os funcionários que vão até a Divisa, que estão passando por uma situação difícil enquanto não sai a regularização do transporte público, que já está próximo de vencer o prazo. Agradeceu o Secretário Renato que esteve averiguando uma reclamação através dos pais e alunos no bairro Paraíso e falou sobre a Escola do Bairro Manecão, agradeceu o empenho do Sr. Renato que está empenhando junto com o nosso Vereador que nos chamou para uma reunião, para discutir os projetos com antecedência, discutir com a população o que será melhor para todos, que isso é democracia. Falou sobre o cemitério do Bairro Rio Vermelho e pediu para que fosse exibidas as fotos que foram tiradas do local, disse que não havia nenhum rastro de passagem de gado, como foi dito na última sessão e que haviam deixado o portão aberto, e que o responsável pelo gado está indo lá direto não deixar acontecer isso novamente, mas que infelizmente fez aquele pedido e reforçou para que o prefeito faça o muro que foi pedido e o corredor até o

portão. Falou sobre um requerimento que foi votado na sessão passada sobre a empresa de roçada, demonstrou alguns dados que foram disponibilizados no portal da transparência, onde consta os bairros que foram realizados os serviço e que fala apenas para alertar que esse serviço está sendo cobrado, para que aconteça dos bairros, disse que a Estrada do Rio Vermelho esta precisando de uma roçada e pediu ao Prefeito que cobre providências, porque se realmente teve esses pagamentos o serviço deve ser prestado. Ressaltou que o Vereador Luiz sempre tem uma fala para a gente correr atrás dos nossos Deputados, disse que muitos estão ajudando o Município, que ainda tem muito a ser feito para ajudar o nosso município. Pediu que o Prefeito dê mais uma olhada na saúde, pelo menos essa questão de separar o pessoal do COVID, pois é um risco muito grande e se possível entrar em contato com os outros Prefeitos falar sobre esse CROSS. Em seguida fez uso da palavra a Vereadora Elizabete de Oliveira que deixou seus sentimentos a família da Sra. Cida Cirilo que faleceu na última quinta-feira pelo COVID, uma pessoa muito religiosa, muito querida aqui em Barra do Turvo. Agradeceu aqui Autopista que doou um raio-x para o município e que vai ser de grande ajuda para nosso município. Falou sobre o Sr. Kojak que pediu para os Vereadores cobrar os deputados para que mandem Recurso e que agora está aberto para recebimento de Emendas, agradeceu alguns deputados dentre eles o Deputado Vicentinho, Frederico Dávila e Alexandre Leite e citou diversas Emendas que foram recebidas pelo Município e benfeitorias que serão adquiridas. Reforçou o pedido do Vereador sobre as cobranças para que se tenha uma equipe separada para atender o pessoal do COVID no nosso município, pois os casos só vêm aumentando e o número de mortes também, disse que sabem que é difícil, mas que também vem recurso para isso, que se ele se puder ter um espaço separado, uma tenda ou até mesmo um prédio. Dando continuidade fez uso da palavra o Vereador Luiz Mendes Cardoso dos Santos que agradeceu todos os vereadores que votaram favoráveis as Contas e também os vereadores que votaram contrário, pois isso é a verdadeira democracia e que já estamos falando em correr atrás de Recursos, pois é o que nos interessa para Barra do Turvo, estamos aqui para tomar decisões fáceis e difíceis também, então foi tomada a decisão aqui seu e o Senhor Prefeito foi beneficiado com a aprovação das suas contas, agradeceu a todos os vereadores que votaram favoráveis, falou sobre uma reunião das RDS, disse que está acompanhando sempre e que o pessoal de lá estão adquirindo a semente da Jussara, parabenizou à equipe da Secretaria de Desenvolvimento Econômico que abraçou e lançou esse Projeto, que irá funcionar da seguinte maneira, vão adquirir dos agricultores o quilo da Jussara, o produto pode ser preparado e depois vendido a Fundação Florestal, dessa maneira a Fundação está fazendo um preparo nas associações, inclusive cobrando da secretaria da Agricultura a organização do Projeto, outra coisa que era sonhada há muito tempo e o pessoal tirava sarro e dizia que nunca ia acontecer, foi a questão das sementes da Jussara e do repovoamento da mata, disse que o Projeto vai enfim acontecer, o plantio vai ser feito com um Drone e vai acontecer em Barra do Turvo, a semeadura será feita todo ano, é um processo demorado mas nenhum prefeito quis levar adiante e essa gestão tem feito com muita seriedade, falou sobre o Projeto Nação Agro que fez uma reportagem recentemente em Barra do Turvo, citou que eles fizeram a filmagem contando sobre a situação dos búfalos em Barra do Turvo, falaram do café e teve uma breve apresentação do agricultura de Barra do Turvo, que apresentou o que muita gente não sabe mas que a secretaria desenvolvimento econômico faz um serviço de grande avanço da economia da Barra do Turvo, onde tem assistência ao Agricultor, tem vários técnicos a disposição na casa da Agricultura, tem dinheiro e tem toda estrutura para atender o nosso agricultor, se ele precisar tem carro, tem terra, tem trator. Agradeceu a todos os deputados que tem encaminhado verbas para aquisição de equipamentos, disse que essa administração é exemplo para os outros municípios, que temos vários projetos, inclusive agora está acontecendo a horta nas escolas e horta comunitária, a despoluição do rio, as fossas. Relatou a reunião que tiveram sobre a escola em tempo integral, disse que ainda não foi tomada nenhuma decisão e que estão apenas discutindo o assunto. A parte o Vereador Elcio Silva Reis disse que é o assunto é complicado, pois na época que foi sugerido a escola não tinha estrutura suficiente, era totalmente diferente, mas que é de interesse dos professores porque iriam ganhar de 70 a 75% a mais, que uma das perguntas que fez ao diretor é se ele realmente ele tem interesse de ficar no município e que teve uma resposta positiva, disse que mesmo assim vai deixar com a população por que ainda há preocupações por conta do espaço, mas que pela situação que se encontra hoje nosso município em termos de drogas e violência, falou também que os professores terão que ter compromisso, pensamos ainda naqueles que moram lá no Areia Branca e que vão ficar até mais tarde, tem ainda a questão das refeições, disse que nas outras vezes o problema eram as aulas vagas, disse que sabe que os professores querem ganhar mais e merecem ganhar, mas que a decisão fica realmente nas mãos dos pais. A parte ainda fez uso da palavra a Vereadora Elizabete de Oliveira dizendo que esteve na escola e que viu uma grande melhora limpeza e na arrumação, disse que tem que conversar muito bem sobre o assunto e que esse ensino integral pode melhorar a qualidade da educação em nosso município, resta torcer que tudo dê certo. Retomando o uso da palavra o Vereador Luiz Mendes Cardoso dos Santos relatou algumas reivindicações que foram feitas ao Sr. Sabino sobre o Bairro Anhemas, disse que conseguiram os postes e que tem outras solicitações também do Cedro e

Pedra Preta. O Vereador José Sandro Rodrigues do Nascimento fez uso da palavra falando da sua visita a ponte do Bairro Ribeirão do Meio que está com o madeiramento podre, disse que quando chove a passagem fica bem prejudicada para os moradores, solicitou que o Prefeito providencie as vigas de ferro e aproveite o madeiramento de uma outra obra que está em andamento. Finalizado o uso da palavra pelos Senhores Vereadores o Presidente da Sessão José Sandro Rodrigues do Nascimento convocou os Senhores Vereadores e Senhora Vereadora para a próxima Sessão Ordinária a se realizar dia 14 de junho do corrente, no horário regimental. Nada mais havendo a tratar, levantou-se a Sessão as 21 horas e 30 minutos (vinte e uma horas e trinta minutos). E para constar, eu, Elizabete de Oliveira, Primeira Secretária, determinei a lavratura da presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai devidamente assinada.

Aprovada em 14/06/2021
Resultado: APROVADA POR UNANIMIDADE.

José Sandro Rodrigues do Nascimento
Presidente

Elizabete de Oliveira
1ª Secretária

Isaqueu Pedroso da Silva
2º Secretário

José Sandro Rodrigues do Nascimento
Presidente

Elizabete de Oliveira
1ª Secretária

Isaqueu Pedroso da Silva
2º Secretário